

## • Política

GAZETA MERCANTIL

### CPI DO ORÇAMENTO

# Roberto Magalhães propõe a extinção da Comissão Mista de Orçamento

por Eduardo Hollanda de Brasília

A extinção da Comissão Mista de Orçamento é uma das principais propostas do relatório final da CPI do Orçamento, apresentado sexta-feira passada pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) e aprovado por unanimidade pelo Plenário, após cerca de dez horas de sessão. O relatório indica que a Comissão Mista de Orçamento, ao longo dos anos, "granjeou a desestima e a indignada rejeição da sociedade".

Dividido em cinco volumes, em um total de 417 páginas, o relatório final da comissão apresentou, em seu primeiro volume, a definição legal do papel da CPI. O segundo volume traz o resumo dos principais depoimentos, de um total de 77 ouvidos pela comissão, sendo 43 em plenário.

E no terceiro volume que o relator analisou objetivamente as irregularidades detectadas e apresenta as sugestões de modificações na sistemática de trabalhos envolvendo o Orçamento Geral da União, a partir das quais, no volume IV, aponta as ilicitudes apuradas e as responsabilidades e punições sugeridas. No último volume, anexam-se os relatórios parciais das subcomissões e o do deputado Roberto Rollemberg, a quem coube relatar as conclusões obtidas da investigação dos deputados pernambucanos.

#### PROPOSTAS

Para substituir a Comissão de Orçamento, a proposta do relatório final da CPI é de elaboração compartilhada do Orçamento, com a elaboração das propostas orçamentárias feita em conjunto, e simultaneamente, entre Executivo e Legislativo.

A discussão do Orçamento será feita ao longo do ano pelas comissões técnicas permanentes da Câmara e do Senado, com a participação de representantes do Executivo, em sessões abertas.

O fim da Comissão Mista de Orçamento necessitará de emenda constitucional, pois a sua existência é prevista pelos parágrafos 1º e 2º do art. 166 da Constituição.

O relatório prevê a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Sistematização Orçamentária, que ficaria encarregada de juntar todos os projetos setoriais oriundos das comissões técnicas.

• O relatório pede também limitações à apresentação de emendas ao Orçamento pelos parlamentares. As emendas individuais, consideradas um dos pontos críticos na corrupção do Orçamento, devem ser extintas.

• O relatório recomenda, ainda, que seja estabelecido um limite mínimo de aplicação de recursos para continuidade de obras em curso. Este limite seria de 2/3 do total.

• Também é proposto o

fortalecimento dos mecanismos de controle externo pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

• As subvenções sociais - tanto específicas quanto globais, que foram objeto de um dos mais amplos esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público - deverão ser extintas.

Outra modificação proposta é a limitação das transferências federais voluntárias.

• Os créditos suplementares, pedidos pelo Executivo, ao longo de um ano, como acréscimo ao valor aprovado para o Orçamento, deverão ser restritos a um máximo de 30% da receita orçamentária prevista.

O relatório também propõe mudanças na Constituição, no que se refere aos casos de inelegibilidade para detentores de mandato eletivo. Em vez da perda de direitos políticos por três anos, como ocorre hoje, a idéia é a suspensão dos direitos por oito anos.

#### CORRUPÇÃO AMPLA

De acordo com as conclusões de Roberto Magalhães, a CPI confirmou a existência de manipulação da Comissão de Orçamento, através de três esquemas.

O esquema base foi montado por um grupo de parlamentares que se assenhoreou das posições de comando da Comissão de Orçamento, garantindo, primeiro, a presidência e a Relatoria geral.

A CPI descobriu que os parlamentares que integravam o esquema aprovavam muito mais emendas que os demais, em valores maiores, e que a liberação também ocorria em condições muito superiores às dos demais.

O segundo esquema foi chamado de "esquema das empreiteiras". O relatório aponta a existência de um "cartel de empreiteiras", que "promovia um rodízio para vencer as licitações". O relatório fala também na troca de obras entre as grandes empreiteiras, citando, especificamente, um acordo entre a Odebrecht e a Queiroz Galvão, relativo a obras no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Maranhão.

(A assessoria de comunicação da Construtora Odebrecht informou que a empresa não tomou conhecimento oficial do relatório da CPI e por isso não vai se manifestar, segundo apurou a repórter Maria José Quadros. Na construtora Queiroz Galvão, o assessor Aldo Paes Barreto, responsável pelos contatos da empresa com a imprensa, não foi encontrado.)

Finalmente, o terceiro esquema, o das "subvenções sociais", tinha origem no Legislativo, e destinava-se ao uso de recursos globais do Executivo. Esses recursos acabavam indo para entidades, verdadeiras ou não, controladas pelos parlamentares.